

TEXTO INTEGRAL

Primeira parte – marco introdutório | 10

Delimitação do objeto de estudo | 11

Segunda parte – contextualização teórico-estatal | 40

Enfoque teórico-estatal com base nas teorias de Häberle | 41

Terceira parte – contextualização jurídico-constitucional:
teoria e prática comparada | 58

Seção I – A interpretação dos tratados de direitos humanos pelas cortes
supremas ou tribunais constitucionais europeus e latino-americanos.
A interpretação dos direitos fundamentais conforme os tratados de
direitos humanos | 59

Capítulo I – Espanha | 59

Capítulo II – Outras experiências constitucionais comparadas | 70

Seção II – A fundamentação da necessidade da observância da
jurisprudência dos órgãos internacionais de controle e monitoramento
dos tratados de direitos humanos | 183

Quarta parte – conteúdo jurídico-funcional do princípio
da prevalência dos direitos humanos | 224

Seção I – O princípio da prevalência dos direitos humanos – necessidade
de um condicionamento recíproco | 225

Seção II – Perspectivas funcionais do princípio da prevalência
dos direitos humanos | 256

Quinta parte – contextualização teórico-prática
em perspectiva nacional | 270

Seção I – A interpretação dos tratados de direitos humanos
pelo Supremo Tribunal Federal | 271

Seção II – A integração dos tratados de direitos humanos na ordem
interna na ótica do Supremo Tribunal Federal e a condenação do Brasil
na Corte Interamericana de Direitos Humanos | 300

Conclusões | 338

Referências | 348

Notas de fim | 368